



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO HELDER SALOMÃO – PT/ES

Apresentação: 06/07/2023 16:23:47.063 - CICS
PRL 1 CICS => PL 1228/2023

PRL n.1

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

PROJETO DE LEI Nº 1.228, DE 2023

Dispõe sobre aquisição, pelas distribuidoras, de créditos de energia elétrica provenientes de micro e minigeração distribuída de unidades enquadradas como agricultura familiar e microempreendedor individual enquanto durar o financiamento dos equipamentos.

Autor: Deputado JOÃO DANIEL

Relator: Deputado HELDER SALOMÃO

I – RELATÓRIO

A proposição em tela, de autoria do ilustre Deputado João Daniel, dispõe sobre a aquisição, pelas concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, de créditos de energia elétrica provenientes de micro e minigeração distribuída de unidades enquadradas como agricultura familiar e microempreendedor individual, enquanto durar o financiamento dos equipamentos.

O art. 5º da Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996, determina que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) poderá aplicar até 20% (vinte por cento) dos recursos repassados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) em operações de financiamentos a





empreendimentos e projetos destinados à produção ou comercialização de bens e serviços.

O projeto introduz o § 4º a este art. 5º determinando que o BNDES deverá destinar pelo menos 10% deste montante de recursos para financiar projetos de micro e minigeração distribuída de energia elétrica para unidades destinadas à agricultura familiar e ao empreendedorismo de pequeno porte.

A Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, constitui o marco legal da microgeração e minigeração distribuída. O projeto acrescenta o art. 28-A definindo que a concessionária ou permissionária do serviço público de distribuição de energia elétrica em que esteja conectada a central consumidora-geradora deverá comprar os créditos de energia elétrica provenientes de micro e minigeração distribuída, por valor em moeda referenciado à tarifa vigente, exclusivamente de unidades consumidoras-geradoras que tenham financiado seus projetos utilizando os recursos estabelecidos no dispositivo anterior provenientes do BNDES e que sejam agricultor familiar, empreendedor familiar rural ou Microempreendedor Individual – MEI.

O projeto determina ainda que as concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica deverão disponibilizar, em até 60 dias após a publicação deste dispositivo, mecanismo que possibilite a requisição de créditos de energia elétrica provenientes de micro e minigeração distribuída.

A obrigação de aquisição do crédito de energia somente se aplica aos créditos da central consumidora-geradora enquanto não quitada a operação financeira relativa à aquisição dos equipamentos relacionados à micro e minigeração distribuída





de que trata este artigo, não podendo ser superior ao montante total dessa operação.

Além desta Comissão, a proposição foi distribuída às Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, Minas e Energia, Finanças e Tributação e Constituição e Justiça e de Cidadania, estando sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões em Regime de Tramitação Ordinário.

Não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O BNDES é um banco de desenvolvimento com reconhecida influência na trajetória do desenvolvimento econômico brasileiro. Mais que isso, o BNDES sinaliza para onde a política de desenvolvimento está orientando a alocação de recursos.

Como visto no Relatório, o BNDES, desde a Lei 9.365, de 1996, já tinha a obrigação de alocar até 20% dos recursos do FAT para financiamento da produção ou comercialização de bens e serviços.

É conhecida a relevante atuação do BNDES no financiamento de grandes empresas no Brasil. Isso, inclusive, gerou críticas de que o banco sempre privilegiou mais as grandes do que as pequenas empresas.

Tais críticas fizeram com que o BNDES orientasse cada vez mais sua atuação para as empresas menores. Por exemplo, em Cartilha lançada em 2015¹, o Banco ressalta que “tem como

1 <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/4261/1/Cartilha%20MPME%202015.pdf>





uma de suas prioridades o apoio às micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) do país, em virtude do importante papel que desempenham na criação de empregos e na geração de renda no Brasil". Ademais, acrescenta que "investir nas companhias de menor porte, nas empresas familiares e em pessoas físicas empreendedoras significa ampliar a competitividade da economia brasileira e fortalecê-la".

Nesse sentido, o primeiro dispositivo do projeto de lei em comento determina que pelo menos 10% dos 20% dos recursos do FAT acima mencionados sejam alocados em infraestrutura de micro e minigeração distribuída destinadas à agricultura familiar e ao empreendimento de pequeno porte. A micro e minigeração é basicamente constituída de painéis solares, tecnologia de geração de energia limpa.

Assim, de um lado, o projeto assegura uma fonte firme de financiamento para projetos destinados a empreendedores menores no campo e na cidade, o que é relevante vetor de redistribuição de renda e inclusão. De outro lado, contribui para o meio ambiente ao valorizar a geração de energia de forma limpa no país.

Para se assegurar o pagamento tempestivo do financiamento, o projeto acrescenta a obrigação de a concessionária ou permissionária do serviço público de distribuição de energia elétrica em que esteja conectada a central consumidora-geradora comprar os créditos de energia elétrica provenientes de micro e minigeração distribuída. Ou seja, constitui importante medida complementar para garantir a sustentabilidade financeira dos empreendimentos rurais e urbanos que recorrerem aos empréstimos do BNDES.

A única ressalva é limitar a obrigação de aquisição do crédito de energia pelas distribuidoras aos créditos da central consumidora-geradora enquanto não quitada a operação





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO HELDER SALOMÃO – PT/ES

financeira. Isso gera incentivos errados. Primeiro, há incentivo do tomador em não quitar o financiamento pela maior quantidade de tempo possível. O próprio empréstador passa a se tornar mais leniente com o prazo de pagamento.

Sendo assim, optamos por remover esta obrigação no Substitutivo que ora oferecemos a esta Comissão.

Somos, portanto, pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei Nº 1.228, DE 2023 na forma do Substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado HELDER SALOMÃO
Relator

2023-7424

Apresentação: 06/07/2023 16:23:47.063 - CICS
PRL 1 CICS => PL 1228/2023

PRL n.1





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO HELDER SALOMÃO – PT/ES

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.228, DE 2023

Apresentação: 06/07/2023 16:23:47.063 - CICS
PRL 1 CICS => PL 1228/2023
PRL n.1

Dispõe sobre aquisição, pelas distribuidoras, de créditos de energia elétrica provenientes de micro e minigeração distribuída de unidades enquadradas como agricultura familiar e microempreendedor individual enquanto durar o financiamento dos equipamentos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre aquisição, pelas concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, de créditos de energia elétrica provenientes de micro e minigeração distribuída de unidades enquadradas como agricultura familiar e microempreendedor individual, enquanto durar o financiamento dos equipamentos.

Art. 2º O art. 5º da Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

“Art.

5º.....
.....

§ 4º O BNDES deverá destinar pelo menos 10% (dez por cento) do montante de recursos mencionado no caput para financiar projetos de micro e minigeração distribuída de energia elétrica para





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO HELDER SALOMÃO – PT/ES

Apresentação: 06/07/2023 16:23:47.063 - CICS
PRL 1 CICS => PL 1228/2023
PRL n.1

unidades destinadas à agricultura familiar e ao empreendedorismo de pequeno porte.”

Art. 3º A Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 28-A:

“Art. 28-A. A concessionária ou permissionária do serviço público de distribuição de energia elétrica em que esteja conectada a central Câmara consumidora-geradora deverá comprar os créditos de energia elétrica provenientes de micro e minigeração distribuída, de que trata o inciso VI do art. 1º desta lei, por valor em moeda referenciado à tarifa vigente, exclusivamente de unidades consumidoras-geradoras que tenham financiado seus projetos utilizando os recursos mencionados no § 4º do art. 5º da Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996, e que possuam enquadramento como:

I – agricultor familiar ou empreendedor familiar rural, nos termos do art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006; e

II – Microempreendedor Individual – MEI, de que trata o art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Parágrafo único. As concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica deverão disponibilizar, em até 60 (sessenta) dias após a publicação deste dispositivo, mecanismo que possibilite a requisição de que trata o caput deste artigo

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado HELDER SALOMÃO
Relator

2023-7424

